



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

**EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026**

1. DO PREÂMBULO

1.1. A Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, através da Comissão de Contratação, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará procedimento de contratação direta, na modalidade **Dispensa Eletrônica**, de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, sob o nº **04/2026** com critério de seleção: pelo menor preço **global**, visando a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições deste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais exigências deste Edital.

1.2. Sempre será admitido que o presente Edital de Contratação Direta por Dispensa Eletrônica foi cuidadosamente examinado pelos fornecedores interessados, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens.

1.3. Os prazos estabelecidos atendem ao princípio da publicidade e da razoabilidade, considerando a natureza da contratação por dispensa eletrônica.

1.4. A sessão inaugural desta Dispensa Eletrônica dar-se-á por meio do sistema, eletrônico no endereço www.licitanet.com.br, na data e horário, conforme abaixo.

**CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS: 02/03/2026 a partir das 09h00min.
ABERTURA DA SESSÃO DA DISPENSA ELETRONICA: 04/03/2026 às 09h00min.**

2. OBJETO

2.1 O objeto da presente contratação direta é a **Contratação de empresa especializada em serviços de monitoramento eletrônico e sistema de alarme, (instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva de monitoramento eletrônico)**. Conforme especificações constantes no termo de referência e demais partes integrantes deste Edital, independentemente de transcrição.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico e neste Edital, prevalecerão as disposições deste Edital e do Termo de Referência.

2.3. O prazo para instalação e início da execução será de até 15 (quinze) dias, conforme estabelecido no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 A presente contratação rege-se pelos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 75, inciso II, observados os limites de valor vigentes para contratação direta por dispensa, conforme legislação aplicável.

3.2 O valor estimado da contratação encontra-se devidamente apurado no Processo Administrativo nº 040/2026, com base em pesquisa de preços.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

3.3. O custo estimado total da aquisição é de R\$ 38.000,04 (trinta e oito mil reais e quatro centavos), conforme pesquisa de preços.

4. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

4.1. O presente procedimento encontra-se devidamente formalizado e autorizado no âmbito do Processo Administrativo nº 040/2026.

4.2. O procedimento visa assegurar a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

5.1. A Dispensa Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da internet, com utilização do sistema LICITANET – Licitações On-line, mediante condições adequadas de segurança, criptografia e autenticação.

5.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Comissão de Contratação (a) da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, responsável pela condução do procedimento no sistema eletrônico.

5.3. O presente Edital submete-se integralmente ao disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, assegurando, quando aplicável, o tratamento diferenciado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI).

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente Dispensa Eletrônica, os fornecedores que:

I – Estejam regularmente constituídos e em funcionamento.

II – Exerçam atividade compatível com o objeto da contratação.

III – Estejam cadastrados e habilitados na plataforma LICITANET

IV – Não estejam impedidos de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. No presente certame, o objeto será de ampla participação, para qualquer empresa, sendo, porém, garantidas as prerrogativas de preferência das ME's, EPP's e MEI's nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021, observadas, quando compatíveis, as normas municipais aplicáveis.

6.3. A prioridade prevista neste Edital não restringe a participação de empresas sediadas fora do Município ou da região, sendo assegurada a ampla competitividade entre todos os interessados.

7. DAS VEDAÇÕES

7.1. Não poderão participar do certame os fornecedores que:

I – Estejam em processo de falência ou dissolução, ou em recuperação judicial sem apresentação de plano aprovado que comprove viabilidade econômica.

II – Tenham sido declarados inidôneos ou suspensos de contratar com o Poder Público

III – estejam reunidas em consórcio

IV – Possuam vínculo de parentesco, até o terceiro grau, com agentes públicos diretamente envolvidos no procedimento

V – Enquadrem-se nas hipóteses do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1. Até 01 (um) dia útil antes da data fixada para abertura da sessão, qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. “A impugnação deverá ser apresentada exclusivamente por meio do sistema eletrônico LICITANET.

8.3. A decisão da Comissão de Contratação quanto à impugnação será informada preferencialmente através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site www.licitanet.com.br

8.4. Caberá a Comissão de Contratação decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

9.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados até 01 (um) dia útil antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente pelo sistema eletrônico. Ou via E-mail: camaramunicipalsmgro@hotmail.com ao transmitir o e-mail, este deverá ser confirmado pelo(a) a Comissão de Contratação e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé.

10. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas exclusivamente por meio da plataforma LICITANET, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo.

10.2. A proposta deverá conter, no mínimo:

I – Identificação completa do fornecedor

II – Descrição clara do objeto

III – Valor unitário e total

IV – Inclusão de todos os custos e encargos

V – Prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias.

10.3. O envio da proposta implica aceitação integral das condições deste Edital.

11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1 O critério de julgamento será o de menor preço global, considerando-se que a contratação envolve sistema integrado de monitoramento eletrônico, cuja execução por único fornecedor assegura responsabilidade técnica unificada, funcionamento contínuo, manutenção centralizada e maior eficiência operacional.

11.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações, apresentarem preços inexequíveis ou estiverem em desacordo com este Edital.

12. DA DISPUTA, NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE

12.1. A Administração poderá promover negociação direta com o fornecedor classificado em primeiro lugar, visando à obtenção de condições mais vantajosas.

12.2. A proposta vencedora será analisada quanto à compatibilidade com o valor estimado e às especificações do objeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

13. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, tendo em vista que a prestação dos serviços de monitoramento eletrônico exige integração sistêmica, responsabilidade técnica centralizada e resposta operacional imediata, sob pena de comprometimento da segurança patrimonial e da eficiência administrativa.

13.2. A contratada deverá fornecer, em regime de comodato, todos os equipamentos, sistemas, softwares, dispositivos e demais bens necessários à execução do objeto, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra este Edital como parte indissociável, mantendo a propriedade dos bens e responsabilizando-se integralmente por sua instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, substituição por falha, defeito ou obsolescência, bem como pela retirada ao término da contratação, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. O fornecedor melhor classificado deverá comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, por meio do envio da documentação exigida no sistema eletrônico.

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada do objeto social, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social.

c) Comprovação de aptidão técnica mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

15. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa), de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro da validade;

d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

e) Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

f) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.
- b) Declaração da licitante, sob as penas do Art. 299 do código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, do produto licitado para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas, podendo ser adotado o modelo constante do Anexo deste Edital.
- c) Declaração da licitante que não possui em seu quadro gerencial ou societário, Agente Político ou Administrativo do município, bem como pessoas ligadas a qualquer um deles por matrimônio ou parentesco afim ou com sanguíneo até terceiro grau.
- d) Declaração de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte

17. DA VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS E SANÇÕES.

17.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Contratação verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta.

18. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 18.1. Encerradas as fases do procedimento, o objeto será adjudicado ao fornecedor vencedor e posteriormente homologado pela autoridade competente.
- 18.2. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinatura do instrumento contratual ou documento equivalente.
- 18.3. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 18.4. Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

19. DA PREFERÊNCIA PARA ME, EPP E MEI E PRIORIDADE REGIONAL

- 19.1. Nos termos dos arts. 47, 48, inciso III e §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, e em conformidade com os princípios previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, será assegurada preferência de contratação às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI) sediados no âmbito local e regional, desde que suas propostas estejam dentro do limite de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido.
- 19.2. A aplicação da prioridade regional observará, cumulativamente:
 - I – existência de previsão legal e regulamentar municipal;
 - II – manutenção da ampla competitividade;
 - III – obtenção da proposta mais vantajosa;
 - IV – inexistência de prejuízo ao interesse público.
- 19.3. A prioridade não será aplicada de forma automática ou exclusiva, sendo condicionada à compatibilidade do preço apresentado com o valor de mercado e ao atendimento integral das exigências técnicas do Edital.
- 19.4. A prioridade prevista não impede a participação de empresas sediadas em outras localidades, assegurando-se tratamento isonômico a todos os interessados.
- 19.5. Será considerado, para efeitos do limite percentual previsto, o valor global estimado da contratação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

19.6. O âmbito local compreende os limites geográficos do Município de São Miguel do Guaporé.

19.7. O âmbito regional compreende os Municípios de: Seringueiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte d'Oeste, Rolim de Moura, Cacoal, Alvorada d'Oeste, Urupá, Teixeiraópolis e Ji-Paraná.

19.8. Inexistindo proposta local ou regional dentro do limite de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido, será declarada vencedora a proposta de menor preço global, independentemente da sede do fornecedor.

20. DA JUSTIFICATIVA PARA A PRIORIDADE REGIONAL E LOCAL.

0.1. A adoção da prioridade regional fundamenta-se nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, que autorizam a Administração Pública a promover o desenvolvimento econômico local e regional, bem como nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, que consagram o desenvolvimento nacional sustentável como princípio das contratações públicas.

20.2. O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços continuados de monitoramento eletrônico, cuja execução exige atendimento ágil, manutenção preventiva e corretiva frequente, deslocamento técnico e pronta resposta em caso de ocorrência.

20.3. A priorização de fornecedores sediados local ou regionalmente mostra-se proporcional e adequada ao interesse público, pois contribui para:

I – redução de tempo de resposta em situações emergenciais;

II – maior eficiência na manutenção preventiva e corretiva;

III – redução de custos indiretos de deslocamento;

IV – fortalecimento da economia local, sem prejuízo da competitividade.

20.4. A aplicação do benefício limita-se ao percentual máximo de 10% (dez por cento) sobre o melhor preço válido, não configurando reserva de mercado, exclusividade ou direcionamento.

20.5. A medida observa os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, proporcionalidade, razoabilidade e vantajosidade, preservando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

20.6. A prioridade será aplicada somente após a verificação da regularidade fiscal, trabalhista, jurídica e técnica do fornecedor beneficiado.

21 – PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA.

21.1 O prazo para instalação e início da execução será de até 15 (quinze) dias, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

21.2 A vigência do contrato ou instrumento equivalente será de até 12 (doze) meses, prazo considerado necessário para garantir a adequada execução do objeto, observada a conveniência administrativa.

22. DO PAGAMENTO

22.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da contratação.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

23.1. O fornecedor contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, quando cabível.

23.2. Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei:

I – Dar causa à inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente;

II – deixar de entregar a documentação exigida ou prestar declaração falsa;

III – não manter a proposta apresentada;

IV – comportar-se de modo inidôneo;

V – cometer fraude fiscal;

VI – praticar atos ilícitos com o objetivo de frustrar os objetivos da contratação.

23.3. Pela prática das infrações administrativas, poderão ser aplicadas ao contratado, observada a gradação prevista em lei, as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I – Advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

23.4. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios estabelecidos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021, especialmente a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para a Administração Pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do contratado.

23.5. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste capítulo, observado o disposto na legislação vigente.

23.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não afasta a obrigação do contratado de reparar integralmente os danos causados à Administração Pública, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

23.7. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, garantindo-se ao contratado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

24 – DOS RECURSOS

24.1 Das decisões proferidas caberá manifestação no sistema eletrônico, nos termos da legislação aplicável e do procedimento adotado para a dispensa eletrônica.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. O presente procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sistema eletrônico utilizado e no sítio oficial da Câmara Municipal, em atendimento ao princípio da publicidade.

25.2. A Administração poderá revogar ou anular o presente procedimento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

25.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) Comissão de Contratação.

25.4. Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Edital.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

São Miguel do Guaporé/RO, ____ de _____ de 2026.

SOLENI ALVES VALADÃO
Comissão de Contratação



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de monitoramento eletrônico e sistema de alarme, (instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva de monitoramento eletrônico).com fornecimento de bens/equipamentos em comodato como monitoramento de imagens e sistema de alarme, contínuos nas 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semanais, inclusive aos feriados, incluindo equipamentos, matérias, ferramentas e manutenção dos equipamentos, bem como serviços de controle e atendimento em caso de sinistro.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em segurança eletrônico com fornecimento de bens/equipamentos em comodato como monitoramento de imagens e sistema de alarme, contínuos nas 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semanais, inclusive aos feriados, incluindo equipamentos, matérias, ferramentas e manutenção dos equipamentos, bem como serviços de controle e atendimento em caso de sinistro	12	R\$ 3.166,67	R\$ 38.000,04

3.2. O custo estimado total da aquisição é de **R\$ 38.000,04 (trinta e oito mil reais e quatro centavos).**



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de monitoramento eletrônico e sistema de alarme, (instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva de monitoramento eletrônico),com fornecimento de bens/equipamentos em comodato como monitoramento de imagens e sistema de alarme, contínuos nas 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semanais, inclusive aos feriados, incluindo equipamentos, matérias, ferramentas e manutenção dos equipamentos, bem como serviços de controle e atendimento em caso de sinistro.

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de **reforçar a segurança das instalações**, prevenir danos ao patrimônio público, coibir invasões, furtos e atos de vandalismo, bem como assegurar maior controle de acesso e **monitoramento contínuo**, em atendimento aos princípios da **eficiência, economicidade e segurança administrativa**.

2.1.2. A contratação por meio de prestação de serviços com fornecimento de equipamentos em regime de comodato mostra-se mais vantajosa à Administração, uma vez que transfere à contratada a responsabilidade pela manutenção, atualização tecnológica, substituição de peças e pleno funcionamento do sistema, evitando custos de aquisição, depreciação e obsolescência dos equipamentos.

2.2. Os serviços deverão ser executados por **empresa especializada em segurança eletrônica**, responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos, sistemas e recursos necessários à



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

captação, transmissão, recepção, gravação, monitoramento, processamento, gerenciamento, armazenamento e consulta de imagens e dados, por meio de sistema informatizado integrado, incluindo, quando aplicável, o reconhecimento automático de caracteres, bem como central de alarmes, sensores de presença, sirenes, módulos de reporte e demais dispositivos necessários à plena execução do objeto.

2.3. A contratação abrangerá, no mínimo, os seguintes sistemas e recursos tecnológicos: 2.3.1.

Sistema de CFTV (Circuito Fechado de Televisão);

2.3.2. Sistema de alarme monitorado;

2.3.3. Sistema de controle de acesso;

2.3.4. Sistema de cercamento eletrônico;

2.3.5. Demais equipamentos, dispositivos e softwares correlatos, necessários à garantia da segurança patrimonial, das pessoas e das informações.

3. VALORES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Os quantitativos pretendidos para a contratação dos serviços são os expressos no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em segurança eletrônico com fornecimento de bens/equipamentos em comodato como monitoramento de imagens e sistema de alarme, contínuos nas 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos feriados, incluindo equipamentos, matérias, ferramentas e manutenção dos equipamentos, bem como serviços de controle e atendimento em caso de sinistro	12	R\$ 3.166,67	R\$ 38.000,04

3.2. O custo estimado total da aquisição é de R\$ 38.000,04 (trinta e oito mil reais e quatro centavos).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

3.2.1. O valor estimado foi apurado mediante pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores do ramo, observando-se os parâmetros de mercado e garantindo compatibilidade com os preços praticados, conforme documentação constante no processo administrativo.

3.3. A empresa vencedora do certame deverá instalar os equipamentos e realizar os serviços de segurança eletrônica, monitoramento de imagens e sistema de alarme, prestar os serviços de monitoramento remoto, manutenção e atendimento de emergência em caso de sinistros ou algo semelhante

3.4. Para a completa e perfeita execução dos serviços de monitoramento por imagem deverão ser previstos na proposta:

3.4.1. Todos os equipamentos necessários para o atendimento deste edital, onde citamos como referência dos itens a serem contemplados: câmeras de captura de imagens Full HD com visão infravermelho permitindo visão noturna, adaptadores (inclusive de formato), módulos de gerenciamento, DVR e HD de no mínimo 01 terabyte para armazenamento das imagens, fontes, filtros, protetores de alimentação, fios, cabos, porcas, conectores, parafusos e os acessórios como: suportes para fixação, cabos, caixas de proteção contra eventos atmosféricos (chuvas e raios) e vandalismo, ou seja, toda a infraestrutura e os equipamentos que estabelecem um padrão e primam pela qualidade de imagem.

3.4.2. Deverão ser instalados sensores magnéticos e infravermelhos para monitoramento nas dependências do prédio.

3.4.3. Instalação e programação de sistema de monitoramento eletrônico, compreendendo o fornecimento de todos os equipamentos e componentes necessários ao seu adequado funcionamento, de acordo com a seguinte relação:

a) Central de câmera DVR 32 canais: DVR com capacidade mínima para 32 (trinta e dois) canais de vídeo, compatível com câmeras analógicas e/ou HD (HDCVI, HDTVI, AHD ou equivalente), com suporte a gravação contínua, programada e por detecção de movimento, acesso remoto via rede local e internet, entradas USB, saída HDMI e VGA, compatível com disco rígido interno, acompanhado de todos os acessórios necessários para pleno funcionamento.

b) Monitor de 32 Polegadas: Monitor LED com tamanho mínimo de 32 (trinta e duas) polegadas, resolução mínima Full HD (1920 x 1080), entradas HDMI e/ou VGA, compatível com o DVR especificado, destinado à visualização contínua do sistema de monitoramento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

- c) Central de alarme AMT 2018 EG 48 zonas:** Central de alarme com capacidade mínima para 48 (quarenta e oito) zonas, com possibilidade de expansão, compatível com sensores infravermelhos, magnéticos e de barreira, com saídas para sirene, suporte a comunicação via rede e/ou GSM, fonte interna e bateria de backup, modelo AMT 2018 EG ou equivalente/superior.
- d) Sensor infravermelho PET 20KL:** Sensor infravermelho passivo com imunidade a animais, alcance mínimo compatível com ambientes internos, ângulo de cobertura adequado, compatível com a central de alarme especificada, indicado para detecção de movimento humano.
- e) Sensor infravermelho de barreira 100MT:** Sensor de barreira infravermelha para uso externo, com alcance mínimo de 100 (cem) metros, composto por transmissor e receptor, resistente a intempéries, indicado para proteção perimetral.
- f) Sensor Magnético:** Sensor magnético para monitoramento de abertura de portas e janelas, com contatos normalmente fechado (NF) ou equivalente, compatível com a central de alarme, adequado para uso interno e externo conforme necessidade da instalação.
- g) Disco Rígido HD 3 Tera:** Disco rígido com capacidade mínima de 3 (três) terabytes, específico para sistemas de vídeo monitoramento, projetado para operação contínua 24 horas por dia, 7 dias por semana (24/7), compatível com o DVR especificado.
- h) Câmara VHD 3150 50MT Serie 3000:** Câmera de segurança com tecnologia HD ou superior, resolução compatível com o DVR, alcance infravermelho mínimo de 50 (cinquenta) metros, grau de proteção adequado para ambientes internos e externos (mínimo IP66), modelo VHD 3150 Série 3000 ou equivalente/superior.
- i) Cabo de rede CAT 06:** Cabo de rede padrão CAT 6, certificado, adequado para transmissão de dados e sinais de vídeo, conforme normas técnicas vigentes, destinado à interligação dos equipamentos do sistema.
- j) Cabo de Alarme:** Cabo específico para sistemas de alarme, com bitola adequada para alimentação e sinal, resistente e apropriado para instalação embutida ou aparente.
- k) Rack 50X50:** Rack metálico com dimensões aproximadas de 50 x 50 cm, destinado à acomodação, organização e proteção dos equipamentos do sistema de segurança, com ventilação adequada e possibilidade de fechamento com chave.
- l) Conector Balun:** Conector balun para transmissão de sinal de vídeo por cabo de rede, compatível com câmeras e DVR especificados, garantindo estabilidade e qualidade de sinal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

m) Bateria 12 VOLTS 7AP: Bateria selada com tensão nominal de 12 (doze) volts e capacidade mínima de 7 Ah, destinada ao funcionamento de backup da central de alarme, livre de manutenção.

n) Nobreak NHS de 5000 VA: Nobreak com potência mínima de 5.000 VA, compatível com a carga total dos equipamentos do sistema, com proteção contra surtos, quedas e oscilações de energia, garantindo autonomia mínima conforme dimensionamento do sistema, marca NHS ou equivalente/superior.

4. DO PRAZO, CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DO SISTEMA DE MONITORAMENTO, INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E LOCAL DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo para instalação dos equipamentos e início da prestação dos serviços de monitoramento eletrônico será de no máximo 15 (quinze) dias, a contar da data estabelecida na(s) Ordem(ns) de Serviço.

4.2. O monitoramento eletrônico das dependências dos estabelecimentos deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas diárias, de segunda-feira a domingo, inclusive nos feriados, através dos sistemas instalados pela Contratada.

4.3. Em caso de disparo do alarme, a unidade de operação deverá identificar os exatos setores violados nas dependências do imóvel solicitado, verificar via vídeo monitoramento e enviar equipe de pronta resposta se preciso.

4.4. Quando da confirmação da violação das dependências monitoradas, o operador do sistema deverá contatar o servidor responsável pelo estabelecimento, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

4.5. Não serão aceitos serviços executados em desacordo com a Ordem de Compra. O fornecedor deverá apresentar 01 nota fiscal para cada Ordem de Compra recebida, esclarecendo-se que não serão aceitas rasuras ou informações incorretas quanto ao histórico da mesma e dados do Contratante, se comprometendo em caso de erro, trocar a referida Nota Fiscal num prazo de 24 horas.

4.6. A Atestação das notas fiscais/faturas que comprovam a execução do serviço caberá ao Fiscal do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

- 4.7. A central de alarme deverá permitir a programação de usuários, além de possibilitar o registro eletrônico de todas as operações efetuadas pelos usuários registrados, tais como, acionamento e desativação do sistema, devendo, ainda, emitir sinal de disparo do alarme para as sirenes separa a unidade de operação.
- 4.8. O sistema compartilhado de monitoramento e de gerenciamento deverá ser operado por pessoal especializado, devendo funcionar nas dependências da Contratada, o qual deverá atender às exigências mínimas de segurança dos dados e das instalações.
- 4.9. A contratada ficará responsável pela aquisição/inclusão de licenças (se necessárias) dos objetos deste edital.
- 4.10. Os serviços de instalação deverão ser executados por técnicos especializados e habilitados a manter os equipamentos adequadamente ajustados e em perfeito estado de funcionamento, pela Contratada, não podendo ser este objeto terceirizado.
- 4.11. Os serviços de instalação serão executados no horário e nos dias normais de expediente da Contratante. A eventual execução fora do horário normal de expediente da Contratada, mesmo que solicitado pela Contratante, não implicará adicional de preço baseado nos acréscimos relativos aos prêmios de horas extras.
- 4.12. A Contratada deverá reparar, ou quando isto for impossível, indenizar por danos materiais e/ou pessoais decorrentes de erro na execução dos serviços, objeto do presente termo de referência, que sobrevenha em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para a Contratante.
- 4.13. A Contratada deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.
- 4.14. A manutenção preventiva deverá ser realizada bimestralmente, obrigatoriamente, e também sempre que a CONTRATADA considerar necessário ou mediante solicitação do fiscal do contrato.
- 4.15. A manutenção corretiva será prestada mediante abertura de chamado técnico realizada pelo operador de monitoramento sempre que identificar inconsistências no sistema, ou mediante solicitação do fiscal de contrato ou quando a CONTRATANTE considerar necessária.
- 4.16. Em qualquer caso, a CONTRATADA deverá arcar com todos os procedimentos necessários à solução do problema, incluindo a substituição de quaisquer peças defeituosas no(s)



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

equipamento(s) e gastos com deslocamentos necessários, sem custo adicional à CONTRATANTE.

4.17. O serviço de manutenção corretiva deverá iniciar-se em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação/abertura de chamado, devendo ser concluída em até 36 (trinta e seis) horas. Caso o problema demande maior tempo para finalização, o fiscal do contrato poderá conceder dilação de prazo.

4.18. A Contratada deverá manter a Diretoria Geral informada sobre o cadastro geral do pessoal que realizará as manutenções nos equipamentos.

4.19. Quaisquer danos causados pela Contratada às instalações prediais (paredes, forros, instalações elétricas ou hidro-sanitárias, dentre outras), deverão ser reparados pela mesma, sem ônus para a Contratante.

4.20. Todos os prazos e garantias, que por ventura não foram citados neste termo, deverão estar dentro das condições estipuladas no Código do Consumidor.

4.21. A CONTRATADA deverá fornecer acesso remoto das imagens quando solicitada pela CONTRATANTE.

5. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. A contratação da empresa especializada em segurança eletrônico com fornecimento de bens/equipamentos em comodato como monitoramento de imagens e sistema de alarme, contínuos nas 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semanais, inclusive aos feriados, incluindo equipamentos, matérias, ferramentas e manutenção dos equipamentos, bem como serviços de controle e atendimento em caso de sinistro.

6. DA INSTALAÇÃO.

6.1. A empresa vencedora deverá entregar os equipamentos instalados e configurados. Além de treinar e esclarecer todas as dúvidas por ventura surgida para uso e funcionamento dos equipamentos, pelos funcionários do órgão.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar o instrumento contratual ou aceitar a Nota de Empenho, conforme o caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, mantendo, durante toda a vigência



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica.

7.2. Executar, de forma contínua, ininterrupta e adequada, os serviços de **segurança eletrônica**, compreendendo **monitoramento de imagens e sistema de alarme**, pelo período de **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, inclusive sábados, domingos e feriados, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e no Aviso de Dispensa Eletrônica.

7.3. Fornecer, em **regime de comodato**, todos os equipamentos, sistemas, softwares, periféricos e demais bens necessários à execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: câmeras, sensores, centrais de alarme, gravadores, dispositivos de armazenamento, cabeamentos, fontes de energia e demais componentes, em perfeitas condições de uso e funcionamento.

7.4. Responsabilizar-se pela **instalação, configuração, ativação, operação, manutenção preventiva e corretiva**, substituição de peças, atualização de sistemas e eventual reposição de equipamentos, sempre que necessário, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

7.5. Disponibilizar todos os **materiais, ferramentas, mão de obra especializada, insumos, softwares licenciados e recursos técnicos** necessários à execução integral do objeto, observando as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas do setor de segurança eletrônica.

7.6. Garantir o **funcionamento ininterrupto** dos sistemas de monitoramento e alarme, adotando providências imediatas para correção de falhas, panes ou interrupções, de modo a não comprometer a segurança das instalações da Contratante.

7.7. Prestar **atendimento imediato em caso de sinistro, disparo de alarme ou ocorrência identificada**, realizando os procedimentos de controle, registro e comunicação à Contratante e, quando necessário, aos órgãos competentes, conforme protocolos definidos.

7.8. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas na execução dos serviços, defeitos nos equipamentos fornecidos em comodato ou atuação culposa ou dolosa de seus empregados ou prepostos, obrigando-se ao



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

ressarcimento dos prejuízos apurados, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

7.9. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, fretes, deslocamento de pessoal, prestação de garantias e quaisquer outros custos diretos ou indiretos que incidam ou venham a incidir sobre a contratação. Sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada quaisquer obrigações trabalhistas relativas os seus empregados.

7.10. Comunicar imediatamente à Fiscalização qualquer ocorrência anormal que possa comprometer a continuidade ou a qualidade dos serviços prestados.

7.11. Não subcontratar, ceder, transferir ou sub-rogar, total ou parcialmente, o objeto da contratação, salvo mediante autorização expressa da Administração, nos termos da legislação vigente.

7.12. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.13. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até os limites legais, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. Cumprir integralmente todas as demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica e em seus anexos.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à contratante:

- 8.1. Efetuar o empenho da despesa, garantindo o pagamento das obrigações assumidas;
- 8.2. Efetuar o pagamento dentro dos prazos estipulados no Edital;
- 8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite;
- 8.4. Aplicar Adjudicatárias as sanções regulamentares e contratuais;



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Adjudicatária.

8.6. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. O critério de julgamento da presente Dispensa Eletrônica será o de **menor preço global**, observado o atendimento integral às especificações técnicas, operacionais e administrativas estabelecidas neste Termo de Referência e no Aviso de Dispensa Eletrônica.

9.2. Somente serão classificadas as propostas que **atenderem plenamente às exigências técnicas mínimas** previstas neste Termo de Referência, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem preços inexequíveis ou que deixarem de contemplar todos os serviços e obrigações necessários à execução integral do objeto.

10. FISCALIZAÇÃO.

10.1. A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, que registrará eventuais ocorrências e adotará as providências necessárias.

10.2. O fiscal poderá registrar ocorrências em relatório próprio e determinar providências para regularização.

São Miguel do Guaporé – RO, 26 de janeiro de 2026.

Maria Serli Lopes
Agente de Contratação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Dispensa eletrônica N.º 004/2026

Prezados Senhores,

Após cuidadoso exame e estudo do edital de Dispensa Eletrônica ____/CPL/2026 em referência, seus anexos e apensos, com os quais concordamos, vimos apresentar a nossa Proposta, de conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de monitoramento eletrônico e sistema de alarme, (instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva de monitoramento eletrônico).

PROPOSTA COMERCIAL:

EMPRESA		C N P J		TELEFONE		
FAX	CELULAR	E – MAIL				
BANCO		AGÊNCIA		CONTA CORRENTE		
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA						
NOME		CARGO		CPF/MF	CI/RG	
TELEFONE FIXO		CELULAR 01		CELULAR 02		
ITEM	UNID.	QTD.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
			Total Geral → (por extenso)		R\$	

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data limite para recebimento das propostas.

Execução dos serviços na Câmara Municipal de _____: de no máximo ____ (_____) dias corridos, a contar da data da solicitação.

Declaramos, sob as penalidades da lei, e para fins de participação no Dispensa Eletrônica n.º ____/2026, que nos preços propostos estão inclusos todos os impostos,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da contratação direta em referência;

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente contratação direta;

Que cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no Dispensa eletrônica 004/2026

Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados;

Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

Inexiste fato superveniente impeditivo de sua habilitação;

Não possui em seu quadro menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Local e data



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

ANEXO IV

(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL,
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE L/C 123/06)

A Câmara Municipal de.....

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua _____ Município de _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____.

DECLARA, para fins do disposto no Edital do Dispensa Eletrônica acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido e observado o disposto no art.2º inciso V, da Lei nº 14.133, de 2021;

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

() **COOPERATIVA**, conforme disposto no artigo 16 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

() **AGRICULTOR FAMILIAR/ PRODUTOR RURAL**, conforme Decreto n.º 8.538, de 2015.

DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente contratação direta caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

(Local e data)

(Nome, cargo e CPF do Declarante)
CNPJ da empresa



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

ANEXO V

(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

A Câmara Municipal de _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ N° _____, sediada no(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG n° _____ e CPF N° _____, para os fins de direito, especificamente para participação desta contratação direta, o que se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente contratação direta caracterizará o crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

I - A inexistência de fato impeditiva para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

III - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

IV - O cumprimento do disposto no inciso VIU do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

V - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VI - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

VIII - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

IX - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados, executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

X - Declara de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63º inciso IV da Lei 14.133/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

XI - Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

XII - Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021)

DECLARO ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Dispensa, por qualquer meio ou por qualquer pessoa

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA